



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

XVI

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na solenidade de Abertura do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), no Palácio do Planalto.

Brasília, DF, 13 de maio de 1993.

Há mais de quarenta anos, eminente brasileiro espantou o mundo com uma frase há algum tempo esquecida. «No Brasil», disse ele, «vive uma população de insones. Os que não dormem porque têm fome, e os que ficam acordados com medo daqueles que não têm o que comer».

Décadas se passaram. O crescimento da economia e da riqueza material mudou uma das faces do País. Ela se transformou, assumiu ares modernos, buscou esconder de si mesma e do resto do mundo a outra face, sempre mais marcada pela miséria, pela desesperança e pelo sofrimento.

Com o passar do tempo, acentuados os desequilíbrios, a esquecida advertência de Josué de Castro volta a ser lembrada, e desta vez com terror. O número dos que não dormem porque têm fome cresceu, em progressão assustadora, apesar da modernização da economia e do desenvolvimento industrial. Do outro lado, os que não dormem com medo das conseqüências da miséria também cresceram em seu número. Grande parte dos abastados têm, diante do medo, alterado seus hábitos, mas ainda não parecem convencidos de que devem mudar a sua atitude diante dos pobres e da vida.

Nada pior para o homem do que a insegurança. E a insegurança vem sendo a marca de nosso tempo brasileiro.

Inseguros se sentem os jovens, que não encontram oportunidades de trabalho, depois de completado o ciclo escolar; o idoso se assusta de não contar com uma aposentadoria condigna; a classe média das grandes cidades se apavora, diante da violência nas ruas, e os ricos, em pânico, erguem muralhas em torno de suas casas, blindam seus automóveis e seus escritórios, sem perceber que a sua segurança não está na reclusão, e sim na liberdade que só a ordem da justiça pode garantir.

Senhoras e Senhores,

O Governo sabe que a crise econômica recente contribuiu para agravar a injustiça em nossas relações sociais. Sabe, também, que a estabilização econômica e a retomada do crescimento são imprescindíveis para que se recupere o emprego e o poder aquisitivo do salário dos trabalhadores. Sem isso, é certo, não haverá êxito duradouro no programa de combate à fome e à miséria.

Mas sabemos, também, que não podemos esperar pela via vagarosa do crescimento sustentado. A estabilização dos preços de consumo ajuda a recompor o poder aquisitivo dos salários e evita que a miséria se torne mais grave, porém não é suficiente para dar perspectivas de bem-estar a 32 milhões de brasileiros. Marginalizados, ofendidos em sua condição humana, eles não podem esperar, não têm como esperar mais que o bolo da economia cresça, a fim de que possam comer. Há trinta anos que aguardam o milagre anunciado. Não vão esperar mais.

Não há fatalidade na miséria. A miséria nunca foi o destino natural dos homens, nascidos à imagem e semelhança de Deus. A miséria é resultado da opressão e do egoísmo exercidos pelos que o acaso do nascimento e das circunstâncias tornou fortes e tornou ricos.

Sendo a miséria resultado do egoísmo dos homens, só a solidariedade dos mais sensatos pode iniciar o tempo de justiça e de bem-estar para todos. A sociedade é chamada a mobilizar-se a fim de salvar da miséria parte de si mesma, e, assim, salvar-se por inteira.

A segurança alimentar é objetivo nacional e não apenas programa de Governo. Nenhum país pode considerar-se plenamente desenvolvido, isto é, contemporâneo das economias de vanguarda, se não houver garantido alimentação para todos os seus habitantes. E, conforme a sábia constatação de empresários representados neste Conselho, os países que desfrutam de segurança alimentar não o conseguiram pelo fato de serem ricos, mas são ricos exatamente porque cuidaram primeiro da alimentação de seus povos.

Senhoras e Senhores,

O Conselho que hoje instalamos é mais do que iniciativa renovadora. Ele demonstra a disposição do Governo em apoiar um movimento do qual ele pretende ser sócio presente e atuante, mas para o qual a sua contribuição não pode ser predominante, nem mesmo em recursos materiais. Nessa associação entre o Estado e a sociedade se identifica o sentido pioneiro do movimento. O Governo envidará todos os esforços a fim de iniciar a construção, neste País, de uma sociedade baseada na fraternidade e na justiça, como é desejo de todos os brasileiros de boa vontade. Por maior que seja o seu empenho, no entanto, ele será insuficiente, se não contar com o apoio de todos. Só a vontade nacional pode transformar o sonho de fraternidade no império da justiça.

Para encerrar, quero fazer minhas as palavras de Dom Mauro Morelli, ilustre membro deste Conselho: «Que o nosso caminho seja iluminado pelo sorriso das

crianças que, dia a dia, irão receber pão e carinho». Que, «na bondade do pão partido e partilhado» esperamos que se estruture e se consolide o nosso trabalho.

Muito obrigado.